



Anais da Assembléia

Nº 114

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Del Ciel e Palácios.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 94/81, oriundo de Mensagem Governamental, que fixa critérios para a revisão de proventos dos inativos do Estado, conforme específica e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 105/81, oriundo de Mensagem Governamental n.º 91/81, que visa conceder aumento aos Membros da Magistratura, Ministério Público e integrantes do Tribunal de Contas, conforme específica

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, um apelo no sentido de estabelecer a obrigatoriedade, aos estabelecimentos de ensino da rede estadual, de se fazerem representar nos desfiles de alunos, nas datas cívicas consideradas feriados municipais, estaduais e nacionais.

O presente apelo tem por finalidade evitar que não se repitam fatos desagradáveis como o ocorrido em Jacarezinho onde nenhuma escola pública esteve presente ao desfile alusivo às comemorações do Dia da Independência do Brasil, numa demonstração de descaso ao alto significado patriótico da data e pela educação cívica das futuras gerações.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após deliberação do Plenário, seja enviado, via telex - expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Aureliano Chaves, DD. Presidente da República apelando no sentido de serem tomadas medidas legislativas eficazes para conter o aumento de 91 por cento nos aluguéis nas renovações de contratos que se vençam no mês de novembro vindouro.

As providências se impõe por razões elementares de que esse aumento virá contribuir para um agravamento das tensões sociais e proliferação de mais favelas.

Tomando o problema social como premissa, nos permitiríamos sugerir até um congelamento temporário dos preços dos aluguéis, sem prejuízo aos proprietários que estão garantidos pelo melhor investimento que hoje se faz que é em imóveis

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo a criação de mais uma Vara Judiciária na Comarca de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Nossa sugestão prende-se ao fato de existir um acúmulo de processos civis e criminais no Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon, que atualmente está sendo atendida por uma só Vara.

Em dezembro de 1980 foram contabilizados 3.400 processos em andamento no Cartório Cível, dos quais 1.900 processos estavam concluídos. Havia 250 processos criminais em andamento e mais cerca de 70 processos criminais a serem

sentenciados

Em fins de agosto de 1981 existiam no Forum da Comarca de Marechal Cândido Rondon cerca de 2.700 processos cíveis e cerca de 370 processos criminais em andamento.

Só no primeiro semestre deste ano cerca de 400 processos cíveis e 150 inquéritos criminais adentraram naquele Forum. Isto nos leva a crer que até o final do ano em curso se registrarão 800 processos cíveis e 300 criminais, num total de 1.100 processos.

Estes dados nos convencem de que é impossível para um só juiz dar atendimento satisfatório a tal volume de processos. Acrescente-se ainda de que o Juiz da Comarca de Marechal Cândido Rondon deve atender a Justiça Eleitoral e Trabalhista, a direção do Forum, processos de menores, de família e fiscalizar a ação de 8 (oito) cartórios espalhados pelo município.

Não estamos, de forma alguma, colocando em dúvida o trabalho que vem sendo realizado naquela Comarca pelo Excelentíssimo Senhor Juiz. Antes o admiramos pela abnegação com que vem se dedicando à sua tarefa, trabalhando mais de 10 horas diárias e muitas vezes sacrificando seus dias de descanso nos sábados e domingos.

Nossa sugestão visa, tão somente, diminuir o avolumado número de processos naquele Forum, bem como proporcionar uma repartição das responsabilidades que atualmente recaem sobre uma só pessoa

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando estudos para a instalação de POSTO POLICIAL, na Vila Fany, próximo ao Colégio ANTONIO LACERDA BRAGA.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Uma imensa região na Vila Fany e proximidades, encontra-se com o mínimo de policiamento. Assim sendo, Vila Guithermína, Vila Lindóia, Vila Parolin, Campo Belo, Vila Tapajós e Vila Kwasinski serão beneficiados.

Observa-se que imensa população espera por essa medida do Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública. À noite os alunos, principalmente mulheres, que estudam no Colégio Antônio Lacerda Braga necessitam de maior proteção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DR. OSCAR ALVES, digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a instalação de um MINIPOSTO DE SAÚDE no Distrito de VISTA ALEGRE, Município de ORTIGUEIRA.

Nossa reivindicação está baseada nas inúmeras queixas e nós formuladas pelos moradores deste Distrito, pois os mesmos estão completamente sem assistência médica, o que em contra as diretrizes desta Secretaria.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício à TELEPAR, solicitando informações sobre as razões da não instalação de telefone

individuais no Distrito de Novo Sobradinho, Município de Toledo. A presente solicitação tem por objetivo encaminhar as reivindicações da comunidade, pois alega que já havia promessa por parte de autoridades credenciadas no setor, que existia planejamento definido para as instalações.

A comunidade encontra-se indignada com a instalação de um Posto de Serviço, pois esperava a instalação, também, de telefones individuais.

Acreditamos, na existência do planejamento, portanto, solicitamos também da TELEPAR os custos de cada extensão

Requer envio de cópia à Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário da Administração, contendo Pedido de Informações com respeito a licitação realizada no dia 16 de setembro deste ano, envolvendo empresas de vigilância.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Participando da concorrência realizada no dia 16 de setembro, a Empresa Brasileira de Vigilância Ltda. apresentou o menor preço (Cr\$ 597.000,00), conseguindo desta forma vencer as demais propostas.

Acontece que a Secretaria aplicou o Decreto 1646, Artigo 1.º, favorecendo outra organização (cuja proposta foi de Cr\$ 610.000,00) dando-lhe a vitória, apesar de ter conseguido o 2.º lugar na concorrência.

O fato estranho neste quadro é a aplicação do Decreto 1646, já que a empresa é paranaense, aqui sediada, com toda a documentação legal.

Segundo comprovação por diversos documentos encaminhados à Assembléia Legislativa, a Empresa Brasileira de Vigilância Ltda, não é uma filial de outro Estado. Mesmo porque existe o Decreto Federal n.º 2.140, e Portaria n.º 01/79, proibindo filiais para firmas de segurança.

Trata-se de uma situação gerada pela interpretação dos responsáveis pela decisão do resultado da licitação em referência.

Desta maneira, solicito o seguinte Pedido de Informações

1. Quais os motivos que levaram a Secretaria da Administração a aplicar o Decreto 1646, artigo 1.º, prejudicando a E.B.V.?
2. A simples aplicação do Decreto acima citado foi o motivo para beneficiar a empresa classificada em 2.º lugar ou existiu outro tipo de avaliação para o resultado final da concorrência?
3. Qual o nome da empresa que, mesmo ficando em segundo lugar, venceu a concorrência?
4. A empresa vencedora (beneficiada pelo Decreto 1646) já prestou serviços ao Governo do Estado em que período, cobrando quanto e em quais setores?
5. Qual o entendimento da Secretaria da Administração com respeito ao Decreto Federal n.º 2.140 e Portaria n.º 01/79, que não admite filiais para firmas de segurança, embora usem o mesmo nome já existente em outros Estados, porém em cada Estado com uma firma nova, independente?

* PRESIDENTE (João Mansur) -- Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou hoje encaminhando um pedido de informações à Mesa, solicitando ao Secretário da Administração, algumas indagações a respeito da licitação realizada no dia 16 de setembro deste ano, envolvendo algumas empresas de vigilância.

Acontece que a empresa que nesta licitação, nesta concorrência, ficou em segundo lugar, acabou vencendo. Em detrimento da Empresa Brasileira de Vigilância Ltda., que foi a vencedora. Ela foi eliminada através de um decreto acionado pela Secretaria da Administração e que leva o número 1646.

Este decreto diz respeito a empresas que aqui se instalam como filiais, naturalmente mantendo sua matriz em outro Estado. Acontece que esta Empresa Brasileira de Vigilância Ltda, aqui se estabeleceu, se instalou, com diretoria própria e é paranaense, não é filial. Neste dispositivo, portanto, não se enquadra.

Assim sendo, houve um desvirtuamento nesta licitação e, naturalmente, a empresa foi prejudicada.

Nós fazemos algumas perguntas à Secretaria da Administração porque este fato poderá se repetir em outras ocasiões, prejudicando naturalmente algumas organizações. Esta própria Empresa Brasileira de Vigilância, revoltada com o fato, está disposta até mesmo a fechar suas portas aqui no Paraná e partir para outro Estado. Isto pode acontecer futuramente com outras organizações que também podem ser prejudicadas com este decreto 1646 que, a belprazer daqueles que manipulam concorrências, estão sendo utilizados.

Aqui, o Governo do Paraná é responsável diretamente pela fiscalização desta concorrência, porque é feita pela própria Secretaria da Administração.

Por outro lado se a alegação é de que esta empresa não é de prestação de serviços sediada e com sua matriz em Curitiba, há um equívoco por parte daqueles que interpretaram este decreto. Porque existe um outro decreto - e aí já um decreto federal, que leva o n.º 2.140, cuja Portaria n.º 01/79, que proíbe filiais para firmas de segurança, então trata-se de uma situação gerada pela interpretação dos responsáveis pela decisão deste resultado de licitação e referência.

Espero contar com o apoio de todos os demais companheiros da Casa para que o nosso pedido de informação possa partir para a Secretaria da Administração, a fim de que este impasse seja naturalmente analisado e dirimidas as dúvidas.

É o que aguardamos, contando com o apoio de todos, para que o pedido de informações seja aqui aprovado e a Secretaria da Administração possa fazer, de público, este esclarecimento quanto a esta dúvida gerada na licitação do dia 16 de setembro, quando a empresa qualificada em segundo lugar, apresentando um valor de 597 mil para o total de concorrência, venceu uma que apresentou o valor de 610 mil. O Paraná está até mesmo sendo prejudicado nesta transação envolvendo a Secretaria da Administração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação brasileira amanheceu hoje um pouco mais confiante em sua própria capacidade de resolver as contradições que se apresentem nos campos econômico, social e político.

Podemos dizer que somos uma Nação consciente de que o nosso estágio de desenvolvimento chegou a uma encruzilhada, em que um caminho já é conhecido; o outro, desconhecido.

O caminho conhecido pela experiência dos povos mais adiantados cultural, técnica e politicamente é o da democracia representativa, com suas variáveis, porém assentada na representatividade de suas forças econômicas, sociais e culturais que se organizam em instituições estáveis, legislando e administrando os serviços públicos.

O desconhecido é o caminho da ilegitimidade representativa que conduz inevitavelmente à ilegalidade dos procedimentos de governo e aos privilégios anti-sociais. Por vezes, mais fruto do próprio desequilíbrio social, das tradições de hierarquias e castas frente a uma população pobre, culturalmente desvalida, e desorganizada em seus interesses. É o próprio descaminho pois sempre produz surpresas, agravos, crises sociais, desequilíbrios sociais, por mais que pareça a alguns grupos a direção necessária ao desenvolvimento econômico.

A posse do vice-Presidente Aureliano Chaves, na Presidência da República, durante o impedimento do Presidente João Figueiredo, restituiu uma parte fundamental dessa confiança nacional de que encontraremos o caminho da democracia, retomando os ensaios feitos de 1934 a 1937 e de 1945 a 1964. Ensaios, porque foram muito breves e sob impactos muito fortes de aspirações populares legítimas e inadiáveis em sua grande parte, e sob a resistência de privilégios até seculares, como do latifúndio.

Com o processo de abertura política implementado pelo Governo do Presidente Ernesto Geisel - não por uma decisão pessoal mas como uma estratégia política para acompanhar as aspirações da sociedade brasileira - voltamos a acreditar em nossa capacidade de conciliar os interesses das diversas classes sociais, formando e reformando as instituições para ajustá-las aos interesses nacionais na forma de consensos democráticos. E sem ignorar que em todas as sociedades os agentes econômicos, os organizadores das atividades econômicas, ao organizarem essas atividades pretendem estar à frente das decisões políticas. Daí os choques, as crises políticas, em maior ou menor grau, nos sistemas capitalista e socialista; e especialmente, de forma mais crua nos países subdesenvolvidos.

A posse do hoje Presidente Aureliano Chaves superou um traumatismo nacional e permitiu mais um passo na direção da democracia, que todos nós queremos, apesar do maniqueísmo que dividiu os brasileiros - até com simplismo - em democratas e autoritários. E nessa visão simplificadora passou a catalogar os homens não por sua posição a respeito da organização social da produção, da estrutura e da forma como produzir e atribuir responsabilidades na produção, mas como "bons e maus", segundo o discurso de cada um.

Essa visão simplista passou a desconsiderar a própria produção e que no sistema capitalista, por mais liberal que seja, existe uma hierarquia na produção e na organização social da produção, e que delas decorrem inevitavelmente maior ou menor representação política às classes que participam da produção. Na Polônia não se aceita o risco de que a sociedade deixe de ser planejada e dirigida por uma burocracia política, em nome da sociedade inteira. No Brasil, acreditou-se no risco da mudança brusca, da imposição de novas formas e relações de poder; e com isso se chegou a excessos repressivos.

Superados, em grande parte, alguns dos componentes do período de crise mais aguda ao final da década de 1960, começamos a nos reencontrar. E com a abertura, confirmada pelo Presidente Figueiredo como coordenador das forças dirigentes, a construção do programa do PDS demonstrou que os homens que estão no partido do Governo, em sua maioria, desejam programas econômicos, sociais e políticos em consonância com as aspirações da sociedade organizada. É um programa que honra os militantes do PDS e tanto mais os engrandece quanto o levam a sério e à prática, pois constitui uma bandeira e uma proposta para os grandes problemas nacionais que en-

frentamos.

Podemos acreditar que o cotejo programático entre os partidos existentes será a maior contribuição política, no discurso e na ação político-administrativa quando se der a ocasião, para a saída efetiva da crise brasileira. Mesmo sem descartar a idéia de uma Constituinte, cremos mais na força dos programas partidários se a eles se lançarem os partidos, confirmando sua disposição de cumpri-los e adquirirem maior identidade perante a opinião pública, que pretendemos representar.

Saudemos a posse e o Governo Aureliano Chaves como um episódio importante em nosso processo de redemocratização, com as ressalvas ideológicas e até programáticas que cada um tiver, mas sem esconder a realidade que se firma aos poucos e precisa de nosso alento: cultivar a democracia como uma construção política e não como uma ética e um discurso formal. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agora de manhã, Sr. Presidente, recebi dois telefonemas desesperadores de Cascavel e de Capitão Leônidas Marques, na chamada Gleba Sabiá.

Há uma fazenda ali naquela localidade, de nome Fazenda Cordeiro, que tem aproximadamente 500 a 550 alqueires de terra.

E há uma gama enorme de posseiros que há vários anos cultivam aquela área, ou parte daquela área, cujo total, segundo informações, chega a 62 famílias.

E entre esses posseiros, há um soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná, cujo nome é Máximo.

E este soldado, este policial, teria alguns prepostos nessa área, e por intermédio dos quais, não teria havido um acerto entre o interlocutor dos pretensos dados nesta área, ou titulares do domínio e esses prepostos do soldado. E como não acertaram no preço, criaram um violento tiroteio.

Felizmente não houve nenhum homicídio, nenhuma morte.

Entretanto, a área está conflitada, e essas 62 famílias, em estado desesperador.

A notícia ainda agora recebida Sr. Presidente, a poucos minutos por telefone, é de que há uma tremenda revolta e que este pessoal amanhã estará no INCRA de Cascavel para ver se há por intervenção deste organismo de reforma agrária, a pacificação desta localidade.

E é nesse sentido que venho à tribuna Sr. Presidente, porque as informações são de que esta pessoa com poderes delegados de possíveis titulares do domínio de nome Barrinha, conhecido na região que há muito tempo reside próximo da cidade de Juvínópolis, que é um distrito de Cascavel, teria tido um choque com outras pessoas exatamente na gestão de fazer possíveis acertos com esses posseiros.

E o que viemos fazer aqui nesta tribuna, Sr. Presidente, é um apelo ao organismo, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ao INCRA, daqui desta tribuna e logo mais, por telefone.

E também que o Governo do Estado determine às autoridades competentes que promova atitudes suficientes para evitar esses conflitos armados mais uma vez denegrindo Sr. Presidente, a pacífica cidade de Cascavel.

Por esta razão, deixo aqui este apelo, e à Liderança do Governo, para que, em contato com o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, faça a intervenção, para que não haja o confronto armado entre esses pretendentes, 62 famílias de posseiros e os possíveis portadores de títulos de domínio destas terras, porque há posseiros, ali, Sr. Presidente, com quase

10 anos de detenção de parcela desta área.

Amanhã estarão em Cascavel, no INCRA, e peço a Sua Excelência o eminente Líder do Governo que entre em contato com o pessoal de Cascavel, com o organismo do Governo em Cascavel, para que amanhã, no INCRA, possamos encontrar um denominador comum e não chegarmos ao confronto do extermínio, como tem ocorrido, em Cascavel, em outras circunstâncias, em outros tipos de problemas, e até agora, nenhuma solução para estas desavenças e para essas catástrofes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Ministério das Minas e Energia está anunciando o aumento de vinte e três por cento de energia elétrica para os consumidores. Este, Senhor Presidente, Senhores Deputados, será o quarto aumento das tarifas de energia neste ano, totalizando um aumento acumulado de 112%, 15% acima da inflação prevista.

Um grave indicador de que o custo de vida continuará subindo mesmo por força da elevação dos preços de serviços públicos. Ou seja, o povo vai continuar pagando o ônus mais elevado desta crise gestada pela própria política econômico-financeira do regime.

Ao mesmo tempo o mesmo Ministro das Minas e Energia anuncia benefícios para a indústria. Entre eles, o desconto de 50% nas tarifas de eletricidade para as indústrias que passarem a utilizar mais energia. E também de 50% para as indústrias de exportação no horário da madrugada e aos sábados e domingos. Como justifica o ministro Cesar Cals estes benefícios aos empresários ao mesmo tempo que aumenta a tarifa para o consumidor? Diz o Ministro que a redução de preços para a indústria vai resolver dois problemas: reduzirá o consumo de óleo combustível e aumentará a demanda de energia elétrica, que baixou em todo o País.

Ora Senhores, é evidente o que está se passando. Este aumento nas tarifas de energia elétrica não correspondente a uma elevação real de custos. Nem é resultado de uma pressão da demanda. É a forma de extrair ainda mais recursos do lombo do trabalhador. E repassar estes recursos na forma de benefícios aos empresários, aos grandes consumidores de energia elétrica no País, especialmente os grupos monopolistas estrangeiros.

É vergonhoso constatar o que se passa. É constrangedor saber que o Governo pretende manter sua política de superexploração do povo em benefício de interesses econômicos cujos resultados são, via de regra, apropriados fora do País. É através de expedientes como este que o Governo retira da população recursos extraordinários para continuar a subsidiar aqueles que mais se beneficiaram, em todo este tempo, com a política econômica e financeira do regime.

E a exploração não se faz apenas através da elevação das tarifas. Se faz através de impostos e taxas que são incorporadas à conta de energia do consumidor. Exemplo disso é a conta de luz de um consumidor curitibano, onde se registra o consumo de apenas 1 kw e que terá que pagar mais de quatrocentos cruzeiros de taxas e fundos que não conhece. É assim, Senhores, que o Governo trata o povo. Dele retira para entregar aos monopólios.

O Movimento Contra a Carestia já anunciou que fará uma intensa campanha propondo o não pagamento das tarifas de energia elétrica a partir do próximo mês. Que outra resposta pode ter o povo diante de tantos absurdos contra ele cometidos.

Fiquem os Senhores do Governo a lamentar incompreensões do povo, rebeldias que os assustam. Mas como pretendem o respaldo popular se governam contra o povo e fazem des-

te o objeto de exploração mais cruel de que já se teve notícia em nossa história moderna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O nobre Deputado que me antecedeu na tribuna, Deputado Darcy Deitos, a quem apreciamos muito pela sua atuação desassobrada, nesta Casa, inteligente, correto, parece que está com bola de cristal.

No início da semana, Sua Excelência atacou o Governo, na sua política econômica, reclamando os lucros excessivos do setor bancário.

No dia seguinte, o Ministro do Planejamento, talvez informado do pronunciamento do nobre Deputado, convenceu o Presidente da República a estabelecer uma taxa sobre os lucros bancários.

Ontem, ele ocupou a tribuna e requereu ao Coordenador Geral do INPS a relação das pensões, por morte, concedidas pelo FUNRURAL, em Barbosa Ferraz, nos últimos cinco anos. E fez uma denúncia que, se verdadeira, foi extremamente válida a sua participação no episódio. Ele denunciou que o INPS vem pagando essas pensões da data do requerimento e não do falecimento.

E, com isto, as pensionistas: Maria Vieira dos Santos, Glória Oliveira Neves e Jovelina Biazon, tiveram até que devolver parte daquilo que lhe fora, com muita justiça, pago pelo FUNRURAL.

Mas, acontece que o nobre Deputado usou da tribuna ontem e, anteontem, através da Portaria 614005, de 22 de setembro de 1981, a Coordenadoria Regional do INPS já havia tomado providências contra essas irregularidades que, ao que parece, o Deputado tem razão, porque são inúmeras as queixas que têm chegado ao INPS.

Apenas estamos fazendo estas considerações para que se faça justiça ao Coordenador Regional de Benefícios de Legislação Especial, que baixou a seguinte Portaria:

“Considerando o que estabelece a Circular 614/79, determinamos que essa representação da Previdência Social Rural proceda completo levantamento das pensões e manutenção que tiveram a data do início do benefício fixada na data de entrada do requerimento, por força das determinações contidas nas circulares 841, 76 e 1.077.

2.º — O levantamento deverá ser relacionado conforme modelo anexo, em três vias, e do qual deverá constar o nome da pensionista, o nome do falecido, a data do óbito, a data do início do benefício, a data da entrada do requerimento e o local do Cartório de Registro do Óbito, cidade e Estado.”

Depois, faz a recomendação:

“Outrossim, orientamos para que os casos envolvendo a solicitação de pagamento de atrasados sejam recebidos, e a parte interessada, orientada de que, após pesquisas que serão efetivadas, esta regional estará providenciando a liberação dos recursos à data do óbito.

A relação de que trata o item 2.º deverá ser encaminhada a esta Coordenadoria, em 2 vias, até o dia 15 de outubro de 1981.

a) JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA NETO”

Era necessário, Sr. Presidente, e aqui tem uma observação expedida a todas as agências do INPS no Interior. Era necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se fizesse essa justificativa, porque a acusação — não é acusação, o requerimento — o

requerimento que serviu até como um alerta do Deputado Darcy Deitos, contém realmente, agora sim, acusações que, se efetivas, se verdadeiras, se constituem numa clamorosa injustiça principalmente a pessoas desafortunadas, a pessoas que não têm realmente uma força de representação senão através dos representantes do povo, essa gente serve, principalmente nas agências do interior, de joguete nas mãos de funcionários até por vezes inescrupulosos. Mas, necessário se fazia esta justificativa, para que, os nobres Srs. Deputados e todo o Paraná saibam que, as autoridades governamentais já haviam se apercebido de determinadas irregularidades no setor, tanto que baixaram a Portaria que tem a data anterior ao pronunciamento do nobre Deputado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves. — (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Erondy Silvério — (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. — (Ausente).

Encerrado o Grande Expediente, em nome da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Secretário de Educação e Cultura, Edson Machado, revelou, ontem, como exercita a democracia. Encarregou um funcionário de expulsar da Secretaria o Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários, Renato Hino, que lá estava integrando a comissão de negociações que trata com o Secretário das reivindicações de professores e alunos da rede oficial de ensino.

A alegação do Secretário de Educação do Governo Ney Braga é de que as entidades representativas dos estudantes não são reconhecidas pelo Governo. E que a questão não diz respeito aos alunos. Em seu entender, alunos não têm o direito de reivindicar. E mais, não têm o direito de se fazer representar através de uma entidade de longa tradição em nosso Estado, a UPES.

Ora, Senhores Deputados, esta atitude marca, a nosso ver, a verdadeira posição do Governo em suas relações com a sociedade civil paranaense. Não é um fato isolado. Reflete toda a posição de um Governo que vem se recusando a atender a sociedade e mais prefere dialogar consigo mesmo ou com aqueles que representa do ponto de vista de interesses tão estreitos.

Até hoje, o Governo Ney Braga só dialogou com professores ou com outros setores organizados da sociedade quando submetido à pressão de movimentos como este que culminou com a greve geral que paralisa todo o sistema oficial de ensino. E quando dialoga, quer o Governo impor as condições e determinar quem deve representar a sociedade. Um hábito do Senhor Secretário bem ao estilo que marcou as relações entre o regime e a sociedade civil nestes últimos 17 anos.

O representante da UPES foi indicado para compor esta comissão em ampla assembléia de professores e alunos. Os professores estão cômicos de que a questão não diz respeito apenas aos docentes. O caos no setor educacional, tão mal administrado pelo Secretário Edson Machado, diz respeito diretamente aos alunos e, segundo entendimento mais elevado, à toda a sociedade paranaense, atingida pela crise que também se reflete no campo da educação e que, os fatos demonstram, não terá sua superação nas soluções apresentadas por este Governo, até aqui incapaz de atender as justas reivindicações sociais.

A União Paranaense dos Estudantes, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma entidade de quase meio século de existência. Surgiu das lutas dos estudantes por condições democráticas de vida e trabalho em nosso País. Sua diretoria é

eleita, anualmente, por todos os estudantes secundaristas do Estado, que se reúnem legalmente em congressos para, democraticamente, decidir sobre o futuro de sua organização.

É uma entidade legítima. Essa legitimidade foi conquistada na prática, pelo consenso dos estudantes. Contrasta com a legitimidade do Governo Ney Braga e de seu secretariado, este sim, imposto por indicação do regime.

Nós do PMDB reconhecemos a UPES como entidade legítima dos estudantes secundaristas e consideramos que o diálogo entre Governo e sociedade deverá ser feito, no futuro, pelos canais legítimos e democráticos.

Acabemos, portanto, com a farsa da democracia tão presente nos discursos oficiais. A expulsão do representante da UPES da Secretaria de Educação é mais um fato a ilustrar o verdadeiro caráter do Secretário Edson Machado, do Governo do qual faz parte do regime a que serve.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, realmente Vossa Excelência traz uma preocupação séria no dia de hoje. A preocupação que apesar da apregoada abertura do regime autoritário, impopular, continua vivo através dos seus títeres, a através dos seus tecnocratas. Juventude democrática é o que querem, é para adoçar a pílula por parte do PDS. Faz apologia democrática da participação do jovem na vida política, no entanto continua presente nos Estatutos universitários, nos Regimentos Internos, o 477.

Negam a UNE e temem a participação dos estudantes em todos os níveis. Um exemplo típico é esta expulsão ocorrida recentemente que Vossa Excelência traz a conhecimento dessa Casa.

Temem as representações populares e é de estranhar a Democracia onde a participação do povo, dos mais interessados no caso dos estudantes que gostariam também de ver os seus mestres nas aulas tranquilos, bem pagos, de poderem receber o ensino à altura, tendo mestres que realmente não precisam ficar se preocupando com excesso de cargas horárias. Os alunos são os mais interessados neste caso, no problema do Magistério e essa participação é tida como anormal, como grave enfermidade popular. Por isto dizia, é de estranhar a Democracia que quer implantar, onde a participação é negada, é tida como algo enfermo que deve ser afastado da sociedade.

O estudante, no caso o representante da UPE, é o primeiro interessado, é o legítimo interessado no assunto dos professores. Porque o professor mal remunerado, não atendido em suas reivindicações, em greve, não serve ao estudante. No entanto, os estudantes manifestam e estão dando seu apoio aos professores porque sabem da necessidade que têm, ou do direito que têm os professores, da gravidade da situação dos professores. E querem, nada mais, do que melhorar a sua própria condição de estudante, tendo professores bem remunerados.

A participação deles é legítima. Portanto, não resta nada mais para nós, Deputado, do que somarmos ao seu veemente protesto, e dizer que também nós repudiamos esta atitude do tecnocrata, títere do continuísmo, do autoritarismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. FIORI LUIZ — Concedo ao nobre Líder do PDS, Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado pela atenção de Vossa Excelência e de Vossa Excelência espero realmente atitudes corteses como esta.

Reconheço que Vossa Excelência que está do outro lado, Oposição, deve estar revoltado com o fato de não ter sido recebido o representante da União Paranaense dos Estudantes pelo Sr. Secretário de Educação. Também manifesto minha contrariedade quando Vossa Excelência afirma que ele foi expulso

da sala do Secretário, isto não é forma de se tratar quem quer que seja, quanto mais um representante de entidade de classe.

Mas dou inteira razão ao Secretário Edson Machado de não permitir diálogo com a UPE no movimento grevista de professores. Porque pergunto, o que tem a União Paranaense de Estudantes com as reivindicações dos Srs. Professores? Desde que estas em 80% já foram atendidas e as 20% que não o foram, não têm condições de serem atendidas pelo Governador e pelo Tesouro do Estado. O Governador preferiu atender cem mil funcionários, do que atender os professores numa medida de exceção, qual seja a extensão do 13.º salário apenas aos professores.

O que me cheira na representação, nesta intromissão da UPES, é uma solidariedade política, dirigida politicamente. Porque sabemos, lamentavelmente que o professor está sendo usado como brinquedo político na mão de alguns políticos inescrupulosos. Destes excluo Vossa Excelência, evidentemente, e toda a bancada do PMDB. Mas alguns políticos lá querem se lançar candidatos e estão procurando levar o professor para caminhos tortuosos e até, às vezes, sem volta. Porque se radicalizarem posições, quem vai acabar perdendo em tudo isto é o professor, que entra num movimento destes, reivindicatório, que não discute a justeza ou não das reivindicações, discute apenas a impossibilidade do Governo atender duas reivindicações dos professores que criou o impasse. Não vejo razão porque deva o Secretário Edson Machado perder seu tempo com estudante que vai lá, dirigido politicamente, para agitar ainda mais o ambiente.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. FIORI LUIZ — Não consigo dissociar aluno e estudante. É isto, nobre Líder do PDS.

Encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Mesa registra, com satisfação, a presença neste plenário do Deputado Federal pelo Paraná, Maurício Fruet.

Concedo a palavra, no restante do tempo, de cinco minutos, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco ouvimos o eminente líder do PDS nesta Casa, Deputado Erondy Silvério, que dizia de que nós tínhamos bola de cristal, com referência ao requerimento que apresentamos nesta Casa, datado de 23 do corrente, em que solicitamos que o Coordenador Geral do INPS no Paraná, nos forneça uma relação das pensões por morte, concedidas pelo FUNRURAL, nos últimos cinco anos, para o Município de Barbosa Ferraz.

Gostaria de dizer ao eminente líder Erondy Silvério, que absolutamente tínhamos bola de cristal, porque, quando do recesso parlamentar, estivemos em visita àquele município, levantamos, de que quatro viúvas, quatro senhoras, que estavam recebendo a pensão do FUNRURAL, passaram a receber, exatamente no mês de março de 1981, esta pensão. Ocorre que quando chegaram os carnês dessas quatro senhoras, o Agente disse que elas deveriam devolver parte das importâncias, porque elas só tinham direito de receber as pensões a partir da data do requerimento e não a partir da data do óbito dos seus maridos.

Nós viemos para esta capital e como não queríamos dar entrada de um requerimento nesta Casa para fazer esta solicitação e não querendo levantar dúvidas antecipadas do INPS do Paraná, Sr. Presidente, é que nos dirigimos à seção de benefícios do INPS, para levantar a posição da Dona Glória de Oliveira Nunes, Maria Vieira dos Santos e Jovelina Biazon e outra. Cujas senhoras devolveram essas importâncias e que o agente, sessenta dias após ter recebido o dinheiro dessas pensionistas, fez a remessa para Curitiba e nós fomos verificar se efetivamente estas remessas tinham sido efetuadas. E os processos encontravam-se parados aqui em Curitiba, Seção de Manutenção

de Benefícios em prejuízo daquelas senhoras, que devolveram indevidamente as importâncias por desconhecimento de uma portaria, por parte do agente daquele município. Nós então, após solucionarmos este problema em que esta repartição nos havia assegurado de que os processos destas senhoras, estavam corretos e iam ser devolvidas as importâncias indevidamente remetidas para Curitiba, é que tomamos a liberdade de solicitar através de um ofício, do dia 10 de agosto de 1981, que tomou o protocolo n.º 4254, do INPS, para que nos fornecesse a relação dos beneficiários, do FUNRURAL, de pensões por morte, daquele município. E passados, Sr. Presidente, 38 dias, sem uma resposta efetiva do INPS, com referência a esta relação, porque queríamos de posse dele fazer um levantamento sem prejudicar ninguém, para ver se tinha algum outro caso cujas importâncias foram indevidamente remetidas para Curitiba, para que essas pessoas se dirigissem ao INPS e vissem seus direitos assegurados.

Mas, como não recebemos resposta, Sr. Presidente, após 38 dias, é que então, oficialmente demos entrada nesta Casa, do requerimento que encontra-se ainda para ser votado nesta Mesa, este requerimento datado do dia 23, dirigido ao Coordenador do INPS do Paraná, para que nos forneça esta relação, para que, levantemos os beneficiários dessas relações, dessas pensões por morte. E se algum caso, de cuja importância, foram indevidamente recolhidas dessas pensões por morte. E se algum caso, de cuja importância, foram indevidamente recolhidas dessas pessoas, que seja devolvida, porque os seus direitos são assegurados.

Então era este o esclarecimento que precisava ser dado ao eminente líder Erondy Silvério, de que o nosso requerimento tem que ser reportado a data do dia 10 de agosto, pelo protocolo, 4254 do que não recebemos resposta do INPS; é por isso que fizemos uma solicitação oficial, aqui, Sr. Presidente. Então era este o esclarecimento que eu queria dar à Casa e dizer que nós não temos bola de cristal. Apenas solicitamos uma informação normal, como qualquer outro Sr. Deputado pode fazê-lo.

E outro assunto, Sr. Presidente, para encerrar, é dizer de que ninguém sabe, até pode ser que o Ministro da Fazenda tenha ouvido os reclamos desta tribuna, onde fizemos um pronunciamento e dissemos dos altos lucros recebidos pelos Bancos; e os jornais estão aí, a noticiarem medidas que o Governo impõe, elevando a taxa de cinco por cento para dez por cento sobre o lucro excedente de Cr\$ 88.500,00.

É mais uma medida paliativa do Governo, porque, evidentemente que a taxa de cinco por cento é maior. Mas oportunamente, Sr. Presidente, faremos pronunciamento a respeito.

Mas, desde já quero elogiar a medida do Governo, porque é correta, pois os bancos sugam o povo brasileiro.

Era esse o esclarecimento que precisa ser dado à Casa, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Havendo declinado, consulta à Liderança do Partido Democrático Social. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/81, de autoria do

PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 41/81), que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Mariluz, os lotes de terreno que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 51/81), que dispõe sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência, instituída pelo Art. 10, da Lei n.º 7.099, de 1979, dos professores, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda n.º 01. — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 02. — Aprovada.

Em votação o projeto. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 52/81), que autoriza o Poder Executivo a proceder mediante decreto a redistribuição dos cargos criados no Quadro Próprio do Magistério pela Lei n.º 6.892, e dá outras providências que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 53/81), que dispõe do enquadramento dos professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar n.º 7, de 1976, no Quadro Próprio do Magistério. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que extingue o Distrito Administrativo de Soares, do Município de Rio Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/81, de autoria do Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, que visa dar preferência às partes portadoras de deficiência física, nas repartições de atendimento externo ao público, dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, pertencente aos Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola do Oeste, a fim de consultar a população visando a criação do Município de Franchita. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 53/81, (Mens. Govern. n.º 59/81), que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Diamante do Norte e Nova Olímpia, objetivando a execução de obras de controle da erosão nos referidos municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 55/81. (Mens. Govern. n.º 61/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aliante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

COMEC, visando a execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos — **Aprovado**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 60/81, (Mens. Govern. n.º 66/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Indústria e Comércio e o Município de MAL. CÂNDIDO RONDON, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado**.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 70/81), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, os imóveis que constituem as Glebas que especifica, da Colônia São Jerônimo, Município de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes e adotar outras providências. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 79/81, para que o mesmo receba o parecer da Comissão de Terras — Colonização e Imigração, conforme determina o Art. 54 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS”.

Em votação o requerimento. — **Aprovado**.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que faça a verificação de chamada nominal, porque parece não haver condições de se proceder a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal, 36 Srs. Deputados.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão, e consequente deliberação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 79/81. — **Aprovado**.

Fica retirado da Ordem do Dia, o projeto em questão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 94/81, oriundo de Mensagem Governamental, que fixa critérios para revisão de proventos dos inativos do Estado, conforme especifica, e dá outras providências. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 105/81, que visa conceder aumento aos Membros da Magistratura, Ministério Público e integrantes do Tribunal de Contas. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado

ao Sr. Secretário da Educação, um apelo no sentido de estabelecer a obrigatoriedade aos estabelecimentos de ensino da rede estadual, de se fazerem representar nos desfiles de alunos nas datas cívicas, consideradas feriados municipais, estaduais e nacionais. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, sugerindo a criação de mais uma Vara Judiciária na Comarca de Mal. Cândido Rondon. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando envio de apelo, via telex, ao Sr. Presidente da República, para providências no sentido de conter elevação e reajustes de aluguéis. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo estudos para a instalação de Posto Policial na Vila Fany, próximo ao Colégio Antônio Lacerda Braga. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação no Distrito de Vista Alegre, Município de Ortigueira, de um Mini-Posto de Saúde. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando envio de ofício à TELEPAR, pedindo informações sobre as razões da não instalação de telefones individuais no Distrito de Novo Sobradinho, Município de Toledo. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando informações ao Sr. Secretário da Administração com respeito à licitação realizada no dia 16 de setembro deste ano, envolvendo empresas de vigilância. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, pela passagem dos 72 anos de sua existência. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Coordenador Regional do INPS no Paraná, encarecendo que o mesmo forneça a relação das pensões por morte concedidas pelo FUNRURAL em Barbosa Ferraz, nos últimos cinco anos. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Poder Executivo sobre um rol de questões referentes à capacidade de geração de energia das Usinas Hidrelétricas de Foz do Areia e Salto Santiago. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a esta Assembléia que delibere no sentido de manifestar irrestrito apoio à candidatura do ilustre Desembargador Luiz Renato Pedrosa à Presidência da Associação dos Magistrados do Brasil. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, ao Ministro das Minas e Energia, ao Presidente da PETROBRÁS, e ao Presidente da Itaipu Binacional, no sentido de estabelecer um programa especial para eletrificação das áreas rurais no Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro da Previdência Social, encarecendo que os mesmos estudem a possibilidade de isentarem de correção monetária os débitos para com a Previdência Social, nos moldes da Lei 6944/81, de 14/09/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de publicação aos Srs. Ministro do Planejamento, Ministro das Minas e Energia e Presidente da COPEL, encarecendo seja anexado recorte do jornal "Gazeta do Povo", que publica carta do empresário Renato Veiga, historiando a alta das tarifas de energia elétrica. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando apoio desta Casa de Leis à posição do Presidente da Comissão Nacional de Energia, Sr. Aureliano Chaves, que afirmou que a PETROBRÁS terá o monopólio da exploração do xisto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 28, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 58/81 e 80/81, e dos Projetos de Resolução n.^{os} 40/81 e 41/81.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.^{os} 42 e 43/81.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 72, 84, 94 e 105/81.
Levanta-se a Sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1981 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Escorsin e Del Ciel.

Às 16:30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont,

Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há ata e nem expediente a serem lidos
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.^o 36/81, (Mens. Govern. n.^o 43/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e os Municípios de MEDIANEIRA e ITAPEJARA D'OESTE, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura industrial dos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 36/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.^o — Ficam aprovados os convênios celebrados em 12 e 22 de maio de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e respectivamente os Municípios de MEDIANEIRA e ITAPEJARA D'OESTE, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura industrial nos referidos municípios.

Art. 2.^o — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1981

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.^o 37/81, (Mens. Govern. n.^o 44/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão, na região do Noroeste. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 37/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Convênio n.^o 07/81, celebrado em 03 de abril de 1981, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão, no Noroeste do Paraná.

Art. 2.^o — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1981

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.^o 38/81, (Mens. Govern. n.^o 45/81), que aprova o Termo Aditivo ao

Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de PIRAQUARA, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, objetivando a execução de obras do referido município. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 26 de maio de 1981, ao Convênio n.º 37/80, celebrado em 15 de outubro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de PIRAQUARA, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, objetivando a execução de obras no referido município.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente

RENATO BERNARDI – Relator

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 39/81, (Mens. Govern. n.º 49/81), que aprova os Convênios numerados de 28/80 a 40/80, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da Coordenação da Região Metropolitana, com os

municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Ficam aprovados os Convênios de n.ºs 28/80 a 40/80, celebrados em 15 de outubro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, e os Municípios de ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, Balsa Nova, BOCAIUVA DO SUL, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, COLOMBO, CONTENDA, MANDIRITUBA, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, RIO BRANCO DO SUL e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC nos referidos municípios.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente

RENATO BERNARDI – Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.